



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3823135/2026 - CPL**

**São Luís - MA, 29 de abril de 2026**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**1.1. Setor Requisitante:** Entidade/Órgão: Prefeitura Municipal de São Luís/Central Permanente de Licitação/Unidade/Setor/Departamento: Coordenação Administrativa Financeira – CAF. **Responsável pela demanda:** Sejane Pereira de Sousa (Matrícula nº 6469242)

**1.2. Do processo SEI:** 11109.000235/2026

**2. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO**

**Responsável pelo ETP:** Myrian Waléria Rodrigues de Vasconcelos

**Função:** Assessora de Planejamento Estratégico.

**Matrícula:** 6468703

**Responsável pelo ETP:** Márcia Amanda Freitas Moraes

**Função:** Assessora de Planejamento Estratégico.

**Matrícula:** 6468715

**Responsável pelo ETP:** Renato Pinheiro Maramaldo

**Função:** Assessor de Planejamento Estratégico.

**Matrícula:** 6469663

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021 c/c IN SEGES nº 58/2022, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o

interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

#### **3.1. Necessidade de mobilidade para cumprimento de missões institucionais.**

3.1.1 A Central Permanente de Licitação – CPL, por intermédio de seus servidores, desenvolve atividades estratégicas voltadas ao aprimoramento dos processos de contratação pública, o que implica a necessidade de deslocamento de seus agentes para a realização de atividades de planejamento, condução e acompanhamento de ações institucionais, bem como para participação em capacitações, treinamentos e eventos institucionais em outras localidades, durante o exercício de 2026.

3.1.2. Registram-se todos os deslocamentos para capacitações que estão previstos em Documento de Formalização de Demanda – DFD específico, que trata da previsão de participação dos servidores da CPL em cursos de capacitação, treinamentos técnicos, seminários e eventos especializados na área de contratações públicas. O referido DFD está localizado em ID PCA nº 13, Classe/Grupo nº 139, o qual apresenta 08 (oito) seminários e congressos diferentes, com pelo menos 5 (cinco) cursos ministrados fora do estado para a previsão para 2026. Desta forma, considera-se a participação de no mínimo 07 (sete) servidores por curso. Assim, a previsão de emissões de passagens considera o número estimado de servidores participantes, a periodicidade das capacitações planejadas e a localização dos eventos, assegurando aderência entre o planejamento da contratação e as ações institucionais previamente formalizadas.

3.1.3. A presente contratação dos serviços de agenciamento de viagens caracteriza-se como serviço de natureza contínua, uma vez que os deslocamentos institucionais são totalmente necessários para cumprir as atribuições da CPL previstas no art. 6º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 61.092/2024, que impõe atualização permanente quanto à legislação, à jurisprudência e às boas práticas relacionadas à Lei nº 14.133/2021.

#### **3.2. Adequação do transporte aéreo.**

3.2.1. No contexto dessas atividades, o deslocamento por via aérea mostra-se, em diversas situações, a alternativa compatível com as demandas institucionais, especialmente em razão das distâncias envolvidas, da necessidade de otimização do tempo de deslocamento, especialmente pela vasta extensão territorial no nosso País.

3.2.2. A necessidade de deslocamento para capacitações presenciais em outros estados mostra-se concreta e recorrente, tendo ocorrido vários seminários no ano de 2025. Por exemplo, registra-se a participação de 04 (quatro) servidores da CPL no “7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial”, realizado de forma presencial no período de 12 a 14 de maio de 2025, assim como a participação presencial de 07 (sete) servidores no “Congresso 19º Pregão Week” no período de 20 a 24 de outubro de 2025, ambos na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, eventos voltados ao aprofundamento técnico em temas diretamente relacionados às atribuições desempenhadas pelo órgão.

3.2.3. Considerando a distância entre a sede da CPL em São Luís - MA e localidades onde tais eventos serão realizados, como no caso mencionado, o deslocamento por via terrestre implicaria viagens excessivamente longas, com elevado tempo de percurso, desgaste físico dos servidores e prejuízo à produtividade e à continuidade das atividades administrativas. Nessas circunstâncias, o transporte aéreo revela-se compatível com a necessidade institucional, por permitir a otimização do tempo de deslocamento e a adequada organização das agendas administrativas.

#### **3.3. Lacuna operacional atual.**

3.3.1. Atualmente, a CPL utiliza o Contrato nº 257/2025/CPL. Contudo, este instrumento — com vigência programada para encerrar em abril de 2026 — foi concebido sob um dimensionamento exíguo, que não comporta a nova realidade institucional. A transição definitiva para o regime da Lei nº 14.133/2021 e a implementação dos decretos regulamentadores de São Luís impõem à CPL uma missão institucional de

vanguarda, que exige um contrato próprio, robusto e com quantitativo aderente ao Plano de Contratações Anual (PCA 2026).

3.3.2. A experiência do exercício anterior demonstrou que a utilização de atas de outros entes ("caronas") limita a autonomia da CPL em executar seu cronograma de capacitação integral. A necessidade de um contrato dimensionado para 70 bilhetes não é um aumento arbitrário, mas o reflexo de um planejamento técnico-administrativo que visa cobrir os núcleos da Central (Assessoria de Planejamento, Jurídico, Contratações, Pregoeiros, Gabinete, RH e Financeiro), garantindo que a "curva de aprendizado" da nova lei seja uniforme em toda a estrutura.

3.3.3. Diferente da contratação vigente, o novo processo busca conferir estabilidade operacional. A robustez pretendida manifesta-se no aumento do quantitativo para suportar a previsão de no mínimo 05 eventos fora do estado no ano, garantindo que as missões institucionais não sofram solução de continuidade por falta de saldo contratual. Um contrato colocaria a Administração em risco de paralisia técnica, impedindo o acesso a treinamentos essenciais para a segurança jurídica das licitações do Município.

3.3.4. A ausência de meios adequados para viabilizar esses deslocamentos pode comprometer a participação dos servidores em atividades essenciais de capacitação e articulação institucional, impactando negativamente a qualificação técnica da equipe, a eficiência dos processos de contratação e, por consequência, a qualidade dos serviços prestados à Administração Pública.

**4. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PCA**

- 4.1. Previsão do início da execução: maio de 2026.
- 4.2. A demanda está prevista no Plano de Contratação Anual – PCA 2026 apresentado abaixo:

ÓRGÃO	PCA
Central Permanente de Licitação – CPL	Item nº 15 do Plano de Contratações Anual (PCA 2026 - 2096), Classe/Grupo nº 45 – Serviço de Passagens e Agenciamento de Viagens.  ID PCA PNCP: 06307102000130-0-000009/2026

**5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA:**

- 5.1. Para atendimento da necessidade institucional descrita, a futura contratação deverá contemplar a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso, assessoramento técnico e demais atividades correlatas necessárias para emissão dos bilhetes aéreos.
- 5.2. A solução a ser contratada deverá assegurar:
  - I – Disponibilidade de emissão de bilhetes em todas as companhias aéreas que operem voos domésticos regulares no território nacional;
  - II – Pesquisa e apresentação das opções de voos mais vantajosas disponíveis no momento da solicitação, considerando critérios como menor tarifa, menor tempo de deslocamento e compatibilidade com a agenda institucional;
  - III – Atendimento às solicitações em prazo compatível com a urgência administrativa, inclusive em situações excepcionais ou emergenciais;

IV – Possibilidade de remarcação, cancelamento e processamento de reembolsos, quando cabíveis, conforme regras tarifárias aplicáveis;

V – Atendimento por meio de canais formais e rastreáveis (e-mail, sistema eletrônico ou plataforma própria), garantindo controle, transparência e registro das solicitações;

VI – Suporte técnico durante o período que antecede o embarque e durante a viagem, inclusive para solução de imprevistos relacionados a alterações de voo, cancelamentos ou reacomodações.

**5.3.** A prestação do serviço deverá observar integralmente as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, bem como as regras tarifárias e operacionais das companhias aéreas, inclusive a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), no que couber

**5.4.** A solução deverá permitir o controle administrativo das emissões realizadas, mediante fornecimento de relatórios periódicos contendo, no mínimo:

I – Identificação do passageiro;

II – Trecho e data da viagem;

III – Valor da tarifa aérea;

IV – Taxas aeroportuárias;

V – Eventual taxa de agenciamento;

VI – Histórico de alterações e cancelamentos.

**5.5.** Considerando a natureza contínua e recorrente da demanda, a futura contratação deverá possibilitar atendimento sob demanda, conforme necessidade da Administração, sem imposição de quantitativos mínimos obrigatórios por período.

**5.6.** A contratada deverá possuir regular habilitação jurídica e fiscal, bem como comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, nos termos da legislação vigente, demonstrando experiência na prestação de serviços de agenciamento de viagens ou atividades correlatas.

**5.7.** A agência de viagem deve ser devidamente cadastrada no CADASTUR – Ministério do Turismo e possuir condições cadastrais e operacionais necessárias à emissão dos bilhetes de passagem, em conformidade com as políticas comerciais e financeiras das principais companhias aéreas (IN SLTI 03/2015, Art. 8º);

**5.8.** Os requisitos ora definidos buscam assegurar que a solução contratada seja capaz de atender às necessidades institucionais da Central Permanente de Licitação – CPL com eficiência, segurança, rastreabilidade e conformidade normativa, sem impor exigências desproporcionais que possam restringir a competitividade do certame.

### **5.9. Duração da contratação:**

**5.9.1.** O contrato terá vigência **de 12 (doze) meses**, com início a partir da data de sua assinatura, em consonância com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de compatibilização da vigência contratual com o exercício financeiro e o planejamento orçamentário da Administração Pública.

**5.9.2.** Considerando tratar-se de serviço de natureza contínua, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, a vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente, na forma do art. 107 do referido diploma legal, desde que demonstradas a vantajosidade para a Administração, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a adequação do preço às condições de mercado.

**5.9.2.** A eficácia da contratação ficará condicionada à publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, e, quando aplicável, na imprensa oficial.

## **5.10. Da subcontratação:**

5.10.1. Não será permitida a subcontratação do objeto principal (serviços de agenciamento e gestão de viagens). A execução do transporte aéreo pelas companhias transportadoras não se confunde com subcontratação para fins deste item, sendo responsabilidade da contratada a intermediação e o suporte técnico.

## **5.11. Da garantia da contratação:**

5.11.1. Não será exigida garantia contratual, sem prejuízo da obrigatoriedade de observância às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quanto à adequada prestação do serviço de agenciamento de passagens aéreas, à regularidade na emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes, ao cumprimento dos prazos, à conformidade com as normas da ANAC e demais disposições legais aplicáveis, bem como à fiel execução contratual.

5.12. Normativos que devem ser observados pela solução contratada para o alcance dos objetivos esperados:

- a) **Lei 14.133, de 01 de abril de 2021;**
- b) **IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022;**
- c) **IN MPOG/SLTI nº 03 de 11 de fevereiro de 2015, no que couber;**
- d) **Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018.**

## **5.13. Dos Critérios de Sustentabilidade:**

5.13.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de agenciamento de viagens para emissão e gestão de passagens aéreas, verifica-se que o impacto ambiental direto da contratação é reduzido, uma vez que a contratada atuará apenas como intermediadora na aquisição dos bilhetes junto às companhias aéreas. Assim, as práticas de sustentabilidade aplicáveis concentram-se principalmente na adoção de procedimentos administrativos digitais, tais como a emissão de passagens eletrônicas e o envio de documentos em meio eletrônico, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

6.1. A estimativa das quantidades de bilhetes foi definida com base no levantamento das necessidades atuais e projetadas da Central Permanente de Licitação – CPL, considerando o histórico de execução do Contrato nº 257/2025/CPL para o agenciamento de passagens aéreas nacionais, bem como a previsão constante no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 para participação em cursos e treinamentos, nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Para fins de dimensionamento da demanda, embora o exercício de 2025 tenha registrado histórico de 22 emissões, tal quantitativo revelou-se insuficiente diante da atual estrutura organizacional da CPL, composta por aproximadamente 60 (sessenta) servidores distribuídos entre núcleos técnicos distintos, dentre os quais se destacam a Assessoria de Planejamento Estratégico, a Assessoria Jurídica, o Núcleo de Contratações, a Comissão de Pregoeiros, o Gabinete, o setor de Recursos Humanos e o Núcleo Financeiro, cujas atribuições demandam atualização contínua e especializada.

6.3. A prova concreta da nova dinâmica de alta performance da CPL foi a realização do curso de Inteligência Artificial aplicada às Contratações, ocorrido em duas etapas presenciais (1ª Turma de 24 a 27 de março e 2ª Turma de 07 a 10 de abril de 2026). A mobilização de 40 servidores para este treinamento demonstra que a política de capacitação da Central não é mais baseada em participações isoladas, mas sim em treinamentos coletivos de alto impacto. Esse evento, isoladamente, já consumiria quase a totalidade do saldo do contrato vigente caso fosse em outro estado, comprovando que o modelo anterior está exaurido e não suporta o ritmo

de modernização tecnológica e jurídica exigido para 2026.

**6.4.** Para o exercício de 2026, projeta-se a ampliação da demanda para aproximadamente 70 (setenta) emissões de bilhetes de passagens aéreas nacionais. Tal estimativa decorre da intensificação das ações de capacitação técnica e atualização jurídico-normativa da equipe da CPL;

- a) da intensificação das ações de capacitação técnica e atualização jurídico-normativa da equipe da CPL;
- b) da edição de novos Decretos Municipais regulamentando a Lei nº 14.133/2021 no âmbito local, o que exige maior participação em eventos especializados e treinamentos;
- c ) da renovação e ampliação do quadro de servidores vinculados à área de contratações públicas, demandando formação continuada;
- d ) e da consolidação do planejamento institucional voltado ao aperfeiçoamento da governança das contratações.

**6.5.** Considerando a média de 7 (sete) servidores por evento de capacitação de grande porte ou imersão técnica, e que cada servidor consome 2 (dois) bilhetes (ida e volta), o quantitativo de 70 passagens cobre aproximadamente a média de 5 (cinco) eventos ao longo de todo o ano de 2026 para toda a estrutura da Central;

**6.6.** A definição do quantitativo de 7 (sete) servidores por evento constitui uma quantidade razoável para resguardar o Princípio da Segregação de Funções, insculpido no art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. O deslocamento de uma equipe multidisciplinar garante que agentes com atuações distintas no macroprocesso de contratação (Assessoria de Planejamento, Jurídico, Contratações, Pregoeiros, Gabinete, Recursos Humanos e Financeiro) recebam a mesma diretriz normativa. Tal medida previne a assimetria de informações intersetoriais e afasta interpretações divergentes que possam ensejar irregularidades processuais.

**6.7.** Ressalta-se que, por se tratar de ida e volta, o quantitativo de 70 bilhetes atende, na realidade, a 35 deslocamentos completos. Esse número é considerado o mínimo necessário para garantir que todos os núcleos da CPL tenham, ao menos, uma parcela de seus servidores devidamente atualizada nos principais polos de difusão de conhecimento jurídico-administrativo do país.

**6.8.** Dessa forma, a estimativa representa um dimensionamento compatível ajustada à projeção realista de crescimento da demanda institucional, evitando tanto a subestimativa que poderia comprometer o planejamento, quanto a superestimativa, assegurando a compatibilidade aos princípios da eficiência e do planejamento.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	HISTÓRICO ANUAL (2025)	PROJEÇÃO PARA 2026	TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
EMIÇÃO DE BILHETES AÉREO NACIONAL	3719	22	70	70

\*memória de cálculo da quantidade de emissão de bilhetes encontra-se no anexo I deste ETP.

**6.9.** Por se tratar de objeto cuja demanda, por sua natureza, inviabiliza a precisão da quantidade a ser contratada, a estimativa da quantidade anual foi realizada levando em consideração o quantitativo de cursos e treinamentos, workshops e capacitações presenciais com foco no desenvolvimento técnico, gerencial e comportamental dos servidores/colaboradores e a quantidade limitada destes que participaram desses eventos.

**6.10.** A contratação será formalizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82

da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62.276/2026. Ressalta-se que a indicação do quantitativo de 70 bilhetes aéreos representa uma estimativa máxima de consumo para o período de 12 (doze) meses, não constituindo obrigação de contratação ou compromisso de utilização total pela Administração.

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

### 7.1. Após a verificação do objeto demandado e de seus requisitos apresentados no item 5, foi realizado o levantamento de mercado e identificadas as seguintes características:

I – O objeto demandado, consistente na prestação de serviço de agenciamento de passagens aéreas, constitui serviço amplamente ofertado no mercado, com contratações similares realizadas por diversos órgãos e entidades da Administração Pública, não se tratando de demanda exclusiva ou atípica;

II - A prestação do serviço observa o modelo operacional já consolidado, regulamentado pela Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, que disciplina os procedimentos para aquisição de passagens aéreas e contratação de agenciamento de viagens, não sendo identificadas metodologias ou tecnologias que substituam ou superem o modelo atualmente adotado.

III – O mercado fornecedor é composto por diversas agências de turismo aptas à prestação do serviço, com capacidade técnica para emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes, assegurando a competitividade do certame.

IV - A composição do valor estimado da contratação observa a estrutura usual do mercado de transporte aéreo, sendo formada por: (a) tarifa aérea fixada pela companhia aérea; (b) taxa de embarque definida pelo operador aeroportuário; e (c) taxa de agenciamento (Taxa DU), correspondente à remuneração da agência pela intermediação e gestão da emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes.

V - Verifica-se que a mais adequada é a adoção do critério de julgamento na seleção da proposta que ofereça a **menor taxa de agenciamento** (Taxa DU). Tal modelagem assegura julgamento objetivo, preserva a competitividade e alinha-se à prática consolidada no mercado e na Administração Pública.

**7.2.** Observado o disposto no **item II**, o §1º do art. 4º IN nº 3/2015 estabelece que, por se tratar de serviço comum, a licitação preferencialmente será realizada na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, podendo, a critério da Administração, ser adotado o Sistema de Registro de Preços - SRP.

7.2.1 Tratando-se de um serviço através da modalidade Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 62.276/2026, Decreto Municipal nº 60.155/2024 e subsidiariamente da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens e/ou serviços comuns, cuja definição e parâmetros de qualidade podem ser objetivamente estabelecidos no Termo de Referência, com ampla concorrência no mercado.

7.2.2. Diante da natureza do fornecimento, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se como a solução mais eficiente e econômica, permitindo que os órgãos requisitem os materiais conforme suas necessidades reais, evitando aquisições desnecessárias ou em excesso. Essa sistemática proporciona flexibilidade na gestão dos estoques, compatibiliza o consumo com a disponibilidade orçamentária e assegura maior agilidade no atendimento das demandas ao longo da vigência da ata, sem comprometer a qualidade e a regularidade do serviço público.

**7.3.** Observado o disposto no **item IV**, as tarifas e taxas aeroportuárias constituem valores definidos por terceiros, variáveis conforme trecho e período, não sendo objeto de negociação direta pela Administração. A taxa de agenciamento, por sua vez, representa o elemento competitivo do certame.

7.3.1. A segregação desses componentes na planilha estimativa assegura transparência na formação do preço, julgamento objetivo das propostas e adequada aferição da vantajosidade, em conformidade com os princípios da economicidade, competitividade e eficiência.

## 8. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**8.1.** A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 5º IN SEGES/ME Nº 65/2021, o qual estabelece que o valor estimado deve ser definido com base em parâmetros de mercado, mediante utilização de fontes idôneas, quais sejam:

- a)** Contratações similares realizadas pela Administração Pública (inciso II);
- b)** Pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (inciso III);
- c)** Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação (inciso IV).

8.1.1. Considerando a natureza específica do objeto – prestação de serviço de agenciamento de passagens aéreas –, a estimativa foi segmentada conforme a estrutura do mercado, distinguindo:

- i – Tarifa aérea;
- ii – Taxa de embarque;
- iii – Taxa de agenciamento (Taxa DU).

**8.2.** Para obtenção do valor médio estimado dos bilhetes/tarifa aérea (i) e das respectivas taxas de embarque (ii), foi adotada como metodologia pesquisa de mercado manual, diretamente nos sítios eletrônicos oficiais das companhias aéreas e juntamente com a cotação direta com as empresas do ramo.

8.2.1. Foram realizadas simulações para rotas e datas prováveis de ida/volta em três eventos principais, conforme memórias de cálculo e capturas de tela anexas. Essa abordagem considera compra antecipada para maximizar vantagens tarifárias, alinhada ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e orientações TCU.

8.2.2. *Companhias Aéreas Consultadas (inciso III do art. 23 da Lei 14.133/2021).*

LATAM Airlines ([Encontre Voos, Pacotes, Hotéis e Aluguel de carros | LATAM Brasil](#))

Azul Linhas Aéreas ([Azul – Linhas Aéreas Brasileiras. O Céu do Brasil é Azul.](#))

GOL Linhas Aéreas ([GOL LINHAS AÉREAS | DESTINOS INCRÍVEIS COM PREÇOS ESPECIAIS! – GOL Linhas Aéreas](#))

8.2.3 *Eventos e datas considerados (abril/maio 2026)*

Origem: São Luís/MA (SLZ)

Trechos considerados: ida e volta (cada deslocamento corresponde a 2 bilhetes/unidade)

**a** ) 8º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial  
(<https://negociospublicos.com.br/obras/inscricao.html>)

Destino: Foz do Iguaçu/PR

Ida: 24/05/2026

Volta: 28/05/2026

**b** ) 11º Congresso Brasileiro Elo Consultoria de Licitações e Contratos  
(<https://www.eloconsultoria.com/11o-congresso-brasileiro-elo-consultoria-de-licitacoes-e-contratos-edicao-municipal/>)

Destino: São Paulo/SP



Ida: 27/05/2026

Volta: 30/05/2026

c ) 21º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação:  
(<https://negociospublicos.com.br/congresso-inverno/programacao.html>)

Destino: Foz do Iguaçu/PR.

Ida: 21/06/2026

Volta: 25/06/2026

Destino/Evento	Agência	Ida (R\$)	Volta (R\$)	Taxa Embarque (IDA)	Taxa Embarque (VOLTA)
Foz do Iguaçu/PR (24/05 → 28/05)	GOL	R\$ 1.952,90	R\$ 1.427,90	R\$ 46,36	R\$ 47,02
	LATAM	R\$ 1.183,90	R\$ 1.183,90	R\$ 46,36	R\$ 47,02
	Azul	R\$ 1.230,51	R\$ 1.230,51	R\$ 49,73	R\$ 49,18
Média PR		R\$ 1.455,77	R\$ 1.280,77	R\$ 47,48	R\$ 47,74
São Paulo/SP (27/05 → 30/05)	GOL	R\$ 1.350,90	R\$ 1.552,90	R\$ 46,36	R\$ 33,64
	LATAM	R\$ 1.842,90	R\$ 1.552,90	R\$ 46,36	R\$ 33,64
	Azul	R\$ 1.336,04	R\$ 2.360,85	R\$ 49,73	R\$ 33,64
Média SP		R\$ 1.509,95	R\$ 1.822,22	R\$ 47,48	R\$ 33,64
Foz do Iguaçu/PR. (21/06 → 25/06)	GOL	R\$ 1.475,90	R\$ 1.078,90	R\$ 49,73	R\$ 49,18
	LATAM	R\$ 1.233,90	R\$ 1.695,90	R\$ 49,73	R\$ 49,18
	Azul	R\$ 3.111,21	R\$ 1.109,90	R\$ 49,73	R\$ 49,18
Média PR		R\$ 1.940,34	R\$ 1.294,90	R\$ 49,73	R\$ 49,18

Agência	Média Bilhete (A) Todos Destinos (ida e volta)	Taxa média (ida e volta) Embarque (B)	Valor Médio Total (A+B)
GOL	R\$ 1.473,23	R\$ 45,38	R\$ 1.518,61
LATAM	R\$ 1.448,90	R\$ 45,38	R\$ 1.494,28
Azul	R\$ 1.729,84	R\$ 46,87	R\$ 1.776,71
Média Geral	R\$ 1.550,66	R\$ 45,88	R\$ 1.596,54

8.3. Estimativa da Taxa de Agenciamento (Taxa DU).

8.3.1 Diferentemente da tarifa aérea e da taxa de embarque – valores definidos por terceiros –, **a Taxa de Agenciamento constitui o elemento competitivo do certame.**

8.3.2. Foram analisadas atas de registro de preços e contratos vigentes cujo objeto seja a prestação de serviço de agenciamento de viagens, observando-se apenas o valor unitário da taxa de agenciamento (Taxa DU).

- 1. Modalidade de licitação adotada;
- 2. Critério de julgamento (menor taxa de agenciamento);
- 3. **Valor unitário da Taxa DU;**
- 4. Data da contratação (atualidade da referência);
- 5. Compatibilidade do objeto.

8.3.2. Para a formação do valor estimado da presente contratação, procedeu-se inicialmente à análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133. Contudo, **verificou-se elevada variação entre os valores praticados**, em razão de fatores como período de emissão, rotas específicas, sazonalidade, volume contratado e diferentes modelos de remuneração das agências (taxa fixa, percentual, RAV ou isenção), como demonstrado na tabela abaixo:

- a) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO-MA.
- b) CONTRATO Nº 100167/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO-MA
- c) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ
- d) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA – MA
- e) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

EMPRESA	Quant. de Bilhetes	VI Unit. Taxa Agenciamento (C)
ARP Nº 007/2025 –CENTRO NOVO	50	R\$ 1,20
CONTRATO Nº 100167/2025 – ROSARIO-MA		R\$ 89
ARP Nº 03/2026 – SEC.ADM PIAUÍ		R\$0,1271
ARP Nº 011/2025 – PREF. RAPOSA-MA		R\$ 370,25
ARP Nº 003/2025 - ALEMA		R\$ 00,00

8.3.2.1. Embora o levantamento inicial tenha identificado taxas de agenciamento em valores bem baixos em outros entes públicos (como os registrados nas ARPs de Centro Novo-MA e do Estado do Piauí), a equipe de planejamento concluiu pela inaplicabilidade desses parâmetros à realidade operacional da Central Permanente de Licitação (CPL), pelos seguintes motivos:

- a ) Nível de Serviço e Suporte Técnico: A nova dinâmica de alta performance da CPL exige um

agenciamento que ofereça assessoramento técnico contínuo, suporte para otimização de rotas e gestão de remarcações complexas para equipes multidisciplinares. As referências de mercado com taxas irrisórias costumam estar vinculadas a sistemas de autoatendimento (self-booking) sem o suporte consultivo essencial para garantir a segurança jurídica e a eficiência dos deslocamentos dos servidores desta Central.

**b )** Peculiaridades do Local de Execução: Conforme preceitua o art. 23, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, a pesquisa de preços deve observar as peculiaridades do local de execução. A discrepância de quase 300.000% entre o menor (R 0,12) e o maior (R 370,25) valor encontrado nas contratações similares demonstra que tais dados correm grande risco de não refletir a média fidedigna de mercado para a região e o perfil de consumo da Prefeitura de São Luís.

8.3.2.2. Dessa forma, optou-se por excluir os referidos valores por serem considerados fora da curva que distorceriam a média ponderada, baseando-se a estimativa nas cotações diretas de empresas que operam em condições mercadológicas e operacionais idênticas às exigidas neste ETP.

8.3.3. Consequente à consideração do item anterior, optou-se pela estimativa de valor do agenciamento obtido através da cotação direta com empresas especializadas no ramo, medida que possibilitou a obtenção de propostas atualizadas, compatíveis com o perfil da contratação e possíveis condições reais de mercado.

8.3.3.1. Segue as empresas consultadas para obtenção de propostas de preços:

Nº	NOME	CNPJ	E-MAIL
1	<b>CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO LTDA</b>	05.929.934/0001-26	didaweverson@icloud.com
2	<b>PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA</b>	04.405.089/0001-27	<a href="mailto:financeiro@planettour.tur.br">financeiro@planettour.tur.br</a>
3	<b>AFEFE TURISMO LTDA</b>	53.431.363/0001-48	comercial@afefe.com.br
4	<b>AIRES TURISMO LTDA</b>	06.064.175/0001-49	gerencia.comercial@airesturismo.com.br
5	<b>R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA</b>	06.955.770/0011-46	contasapagar@wsa.adm.br
6	<b>WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA</b>	07.340.993/0001-90	contabs@contabscontabilidade.com.br
7	<b>FLAVIA S SANTOS</b>	47.550.103/0001-99	flavia.ss2911@gmail.com
8	<b>WAVA TURISMO LTDA</b>	33.204.284/0001-97	wavaturismo6@gmail.com
9	<b>EAGLE TURISMO LTDA</b>	16.698.091/0001-10	turismoeagle4@gmail.com
10	<b>GOMES &amp; GOMES COMERCIO ATACADISTA VAREJISTA E SERVICOS LTDA</b>	37.204.183/0001-77	glcbraga@yahoo.com.br
11	<b>NOAR TURISMO LTDA</b>	18.780.623/0001-90	mauro@noarturismo.com.br
12	<b>TJOTA TURISMO</b>	25.683.904/0001-90	tjtturismo@gmil.com
13	<b>BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA</b>	23.361.387/0001-07	mateus@vascontabil.com.br
14	<b>CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -</b>	20.415.385/0001-65	rosana@connectbrasilturismo.com.br
15	<b>FLY GATE VIAGENS LTDA</b>	58.425.667/0001-16	flygateviagens@gmail.com
16	<b>DW VIAGENS LTDA</b>	46.403.730/0001-34	financeiro@dwviagens.com.br

8.3.3.2. Justifica-se a escolha das empresas consultadas para fins de cotação direta a partir de levantamento realizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos dos arts. 23 e 174 da Lei nº 14.133/2021, mediante identificação de contratações similares promovidas por órgãos e entidades da

8.3.3.3. A partir da análise dos processos publicados, foram selecionadas empresas que: (a) atuam no ramo específico de agenciamento de passagens aéreas nacionais; (b) possuem experiência comprovada em contratações públicas recentes; e (c) apresentam atuação regional compatível com a localização da contratante, de modo a assegurar maior aderência às condições operacionais e mercadológicas da região.

8.3.3.4. Apenas três empresas responderam:

- a) TJOTA TURISMO (CNPJ Nº 25.683.904/0001-90)
- b) EAGLE TURISMO LTDA (CNPJ Nº 16.698.091/0001-10)
- c) WAVA TURISMO LTDA (CNPJ Nº 33.204.284/0001-97)

EMPRESA	Valor médio do bilhete (A)	VI Unit. Taxa De Embarque (B)	VI Unit. Taxa Agenciamento (C)
TJOTA TURISMO	R\$ 3,050 ,00	R\$ 130	R\$ 150
EAGLE TURISMO LTDA	R\$ 2.960,00	R\$ 110	R\$ 130
WAVA TURISMO LTDA	R\$ 2.675,00	R\$ 120	R\$ 100
Valor médio total	R\$ 2.283,34	R\$ 120	R\$ 126,67

\*O comprovante de solicitação e de recebimento de cotação encontra-se no Anexo II deste ETP.

8.4. Conforme todos os dados obtidos por meio das diversas fontes de pesquisa, os valores consolidados encontram-se demonstradincluemos na tabela abaixo, a qual apresenta o resultado final da estimativa, assegurando transparência, objetividade e a aferição da vantajosidade da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSE	QUAN (UNIDBILHET	VALOR DO	VL UNIT. TAXA DE EMBARQUE (B)	VL UNIT. AGENCIAM (C)	SUBTOTAL (A+B+C)
------	-----------	-------	------------------	----------	-------------------------------	-----------------------	------------------

01	<b>EMIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS –</b> Serviços de agenciamento que incluem a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso, assessoramento técnico e demais atividades correlatas necessárias para emissão dos bilhetes e traslado dos servidores.	3719	70	R\$ 2.222,83	R\$ 82,94	R\$ 126,67	R\$ 2.432,44
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 170.270,80</b>		

\* mapa de cotação de preços encontra-se no anexo III deste ETP.

8.6.1. A metodologia da estimativa segue uma sequência lógica:

1. Simulações manuais do valor em sítio eletrônico das agências aéreas (item 8.2) geraram médias da Tarifa (A) e da Taxa de embarque (B);
2. Contratações similares analisadas para o Serviço de Agenciamento (C) apresentaram variação muito elevada (item 8.3.2), sendo excluídas do cálculo;
3. Cotações diretas com empresa do ramo (item 8.3.3.4), geraram médias para o Valor do Bilhete (A), Taxa de embarque (B) e Valor do Agenciamento (C);
4. A consolidação se dá na combinação das médias: “A” e “B” das simulações juntamente com as propostas das empresas, e “C” apenas pela cotação direta das empresas, por conta de inviabilidade de utilizar contratações similares como parâmetro.

Os valores considerados para composição do valor estimado correspondem aos valores unitários. O valor total estimado é de **R\$ 170.270,80 (cento e setenta mil, duzentos e setenta reais e oitenta centavos)**.

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**9.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de agenciamento de passagens aéreas nacionais, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso, assessoramento técnico e demais atividades correlatas necessárias ao deslocamento institucional de servidores da CPL.

**9.2.** A solução foi definida a partir da necessidade concreta e recorrente de mobilidade institucional, devidamente formalizada em Documento de Formalização da Demanda – DFD e prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, considerando a participação dos servidores em cursos, congressos, seminários e eventos técnicos relacionados à aplicação da Lei nº 14.133/2021 e ao aperfeiçoamento das contratações públicas.

**9.3.** Embora a aquisição direta de passagens junto às companhias aéreas seja juridicamente possível, tal alternativa revela-se operacionalmente inadequada à realidade administrativa da CPL, tendo em vista:

- a) a inexistência de sistema próprio integrado para emissão, controle e gestão de bilhetes;
- b) a ausência de estrutura técnica específica para gerenciamento de reservas, remarcações, créditos e reembolsos;
- c) a necessidade de atendimento contínuo, inclusive fora do horário de expediente, para situações urgentes;
- d) a necessidade de suporte especializado para otimização de rotas, identificação de tarifas promocionais e mitigação de riscos operacionais.

**9.4.** Nesse contexto, a contratação de agência de viagens especializada apresenta-se como solução técnica e administrativamente mais adequada, assegurando maior eficiência operacional, padronização dos procedimentos, redução de riscos administrativos e continuidade do serviço público, em consonância com os princípios previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

#### **9.5. Modalidade de licitação e natureza do objeto.**

9.5.1. O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, com base em especificações usuais de mercado.

9.5.2. Dessa forma, a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observando-se também o Decreto Federal nº 10.024/2019 e art. 4º. § 1º da Instrução Normativa Nº 3/2015.

#### **9.6. Do uso do Sistema de Registro de Preços – SRP.**

9.6.1. Considerando que a demanda por emissões de passagens ocorre de forma parcelada, variável e conforme a necessidade institucional ao longo do exercício, a execução contratual será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

9.6.2. A adoção do SRP justifica-se porque:

- a) permite contratações sob demanda, evitando estimativas imprecisas ou aquisições antecipadas desnecessárias;
- b) assegura flexibilidade administrativa e melhor gestão orçamentária;
- c) possibilita a emissão de bilhetes conforme a ocorrência dos eventos e autorizações de viagem;
- d) reduz riscos de descontinuidade dos serviços.

#### **9.7. Estrutura de formação do preço.**

9.7.1. A solução observa a estrutura típica do mercado de transporte aéreo, sendo o valor da contratação composto por três elementos distintos:

I – Tarifa aérea (definida pela companhia aérea);

II – Taxa de embarque (definida pelo operador aeroportuário);

III – Taxa de Agenciamento (Taxa DU), correspondente à remuneração da agência.

9.7.2. As tarifas e taxas aeroportuárias constituem valores variáveis e definidos por terceiros, não sendo passíveis de disputa direta. Assim, o elemento competitivo do certame será a Taxa de Agenciamento (Taxa DU).

#### **9.8. Critério de julgamento.**

9.8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço sobre taxa de agenciamento (Taxa DU), conforme prática consolidada na Administração Pública e identificada no levantamento de mercado realizado neste ETP. Dessa forma:

- a) assegura julgamento objetivo;
- b) amplia a competitividade;
- c) evita distorções na disputa sobre valores tarifários definidos por terceiros;
- d) promove economicidade e transparência na formação do preço.

#### **9.9. Definição do objeto e requisitos de execução.**

9.9.1. O objeto abrangerá, entre outros, os seguintes serviços:

- Cotação e reserva de passagens aéreas nacionais;
- Emissão de bilhetes eletrônicos (e-ticket);
- Remarcação, cancelamento e reembolso;
- Assessoramento na definição de rotas e melhores tarifas;
- Atendimento em regime ordinário e emergencial (inclusive fora do horário comercial);
- Garantia de repasse integral de descontos e tarifas promocionais;
- Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018.

9.9.2. A remuneração da contratada dar-se-á exclusivamente mediante o pagamento de uma taxa de agenciamento fixa por bilhete emitido (Taxa DU), valor este que será o critério de julgamento da licitação. O modelo de 'desconto sobre a tarifa' ou 'percentual' foi descartado por ser menos vantajoso e dificultar a conferência de preços, dado que as tarifas aéreas são dinâmicas.

9.9.3. Serão exigidos requisitos objetivos de qualificação técnica, como comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestados compatíveis, cadastro no CADASTUR e aptidão para operar junto às principais companhias aéreas nacionais.

9.9.4. Também serão estabelecidos níveis mínimos de desempenho (SLA), com prazos definidos para atendimento de solicitações ordinárias e urgentes, garantindo eficiência e previsibilidade na execução contratual.

#### **9.10. Conclusão da solução proposta**

9.10.1 A solução definida – contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas, por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços e julgamento pela menor Taxa de Agenciamento – mostra-se:

- tecnicamente adequada à realidade operacional da CPL;
- economicamente vantajosa;
- juridicamente compatível com a Lei nº 14.133/2021;
- alinhada ao planejamento institucional (DFD e PCA 2026);
- estruturada com critérios objetivos de julgamento e execução.

**9.11.** Assim, a solução proposta atende de forma integral à necessidade identificada, garantindo eficiência administrativa, controle, transparência e racionalização dos recursos públicos, assegurando condições adequadas para o deslocamento institucional dos servidores da CPL.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**10.1.** Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando ampliar a competitividade e obter melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

**10.2.** No caso em apreço, o objeto consiste na prestação de serviço de agenciamento de passagens aéreas, compreendendo a cotação, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes, além da assessoria operacional correlata. Tais atividades integram um conjunto indivisível de serviços, executados de forma integrada e contínua por agências especializadas.

**10.3.** O eventual fracionamento da contratação não se mostra tecnicamente adequado, pois poderia comprometer a padronização do atendimento, dificultar a gestão contratual, gerar conflitos operacionais e reduzir a eficiência administrativa, além de não representar ganho econômico relevante, considerando que o critério de julgamento recai sobre a menor taxa de agenciamento (Taxa DU).

**10.4.** Assim, conclui-se que não há viabilidade técnica nem vantajosidade econômica no parcelamento da solução, sendo recomendada a contratação em item único, assegurando maior eficiência, controle e uniformidade na execução do serviço.

## **11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**11.1.** De acordo com os critérios estabelecidos e com a solução indicada, a contratação pretendida atenderá à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda – DFD que subsidiou o Plano de Contratações Anual – PCA da CPL, garantindo a prestação regular e eficiente do serviço de agenciamento de passagens aéreas, de modo a viabilizar o deslocamento institucional de servidores sempre que necessário ao cumprimento das atribuições do órgão.

**11.2.** Espera-se, com a contratação: a emissão tempestiva de bilhetes, bem como a adequada gestão de remarcações e cancelamentos; a otimização dos custos mediante a seleção da menor taxa de agenciamento (Taxa DU); a redução de riscos de atrasos ou prejuízos decorrentes de falhas operacionais; e o suporte técnico especializado para orientação quanto às melhores opções de voos e condições tarifárias.

**11.3.** A contratação contribuirá, ainda, para o fortalecimento da gestão administrativa e do planejamento institucional, ao assegurar maior controle sobre os deslocamentos oficiais, promover o uso racional dos recursos públicos e garantir que a participação em capacitações, reuniões técnicas e eventos estratégicos ocorra com eficiência, economicidade e alinhamento aos princípios da administração pública.

## **12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO**

**12.1.** Não se identifica a necessidade de adoção de providências específicas por parte da Administração previamente à celebração do contrato, seja no que se refere à capacitação ou disponibilidade de servidores e empregados, seja quanto à adequação da infraestrutura física e organizacional, uma vez que as condições atuais se mostram suficientes para a execução do objeto contratado.

## **13. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**13.1.** A contratação do serviço de agenciamento de passagens aéreas guarda correlação funcional com eventuais contratações de inscrições em cursos, seminários, congressos e demais eventos institucionais que demandem deslocamento de servidores.

**13.2.** Todavia, não se configura hipótese de interdependência contratual, uma vez que o serviço de agenciamento possui autonomia jurídica e operacional, podendo ser executado independentemente da



formalização específica de cada inscrição, bastando a autorização administrativa de viagem.

**13.3.** Assim, a presente contratação é suficiente, de forma autônoma, para atender às necessidades da CPL, não havendo exigência de contratação vinculada ou condicionada para sua plena execução.

## **14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**14.1.** As práticas de sustentabilidade aplicáveis concentram-se principalmente na adoção de procedimentos administrativos digitais, tais como a emissão de passagens eletrônicas e o envio de documentos em meio eletrônico, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021. Pode ainda, ser estabelecido o informe ao passageiro, quando houver opções equivalentes de preço e horário, quais companhias possuem programas ativos de compensação ambiental ou frotas com menor emissão de poluentes.

## **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** À vista das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à descrição da necessidade, levantamento de mercado, estimativa preliminar de preços, definição da solução e adequação à legislação vigente, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação do serviço de agenciamento de passagens aéreas.

**15.2.** Restou demonstrado que o objeto é comum, amplamente ofertado no mercado, possui modelo operacional consolidado e admite definição objetiva no Termo de Referência, permitindo a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, preferencialmente pelo Sistema de Registro de Preços, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e normativos correlatos.

**15.3.** A estimativa de preços foi elaborada com base em fontes idôneas e parâmetros de mercado, assegurando compatibilidade com os valores praticados e adequada aferição da vantajosidade, não se verificando óbices técnicos, jurídicos ou orçamentários que impeçam a formalização da contratação.

**15.4.** Diante do exposto, **declara-se viável a contratação pretendida**, por atender ao interesse público, revelar-se necessária ao regular desempenho das atividades institucionais da Central Permanente de Licitação – CPL e estar em consonância com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento.

## **16. ANEXOS**

**16.1.** Integra o presente Estudo Técnico Preliminar o seguinte anexo que serviu como apoio para sua elaboração:

16.2. ANEXO I: ESTIMATIVA DA QUANTIDADE (MEMÓRIA DE CÁLCULO)

16.3. ANEXO II: ESTIMATIVA DE VALOR (COTAÇÃO DE PREÇOS)

16.4. ANEXO III: MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

**Myrian Waléria Rodrigues de Vasconcelos**

**Assessora de Planejamento Estratégico – APE/CPL**

**Matrícula: 6468703**

**Márcia Amanda Freitas Moraes**

**Assessora de Planejamento Estratégico - APE/CPL**

**Matrícula: 6468715**

**Renato Pinheiro Maramaldo**

**Assessor de Planejamento Estratégico - APE/CPL**

**Matrícula: 6469663**



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Renato Pinheiro Maramaldo, Assessor**, em 30/04/2026, às 18:09, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Myrian Waleria Rodrigues de Vasconcelos, Assessora**, em 30/04/2026, às 18:57, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Márcia Amanda Freitas Moraes, Assessora**, em 04/05/2026, às 16:38, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3823135** e o código CRC **2F66A932**.